

ELEIÇÕES

Aceno de paz aos militares

Ao responder à nota do Ministério da Defesa, Fachin reitera estima pelas Forças Armadas e pede preservação do diálogo

» LUANA PATRIOLINO

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, respondeu, ontem, ao ofício remetido na última sexta-feira pelo Ministério da Defesa no qual as Forças Armadas se sentiam “desprestigiadas” pela Corte por não participarem mais ativamente do processo de votação, em outubro. Segundo o ministro, a Corte “sempre contou” com a participação de atores que “mantêm papel ativo na fiscalização e auditoria de todas as etapas do processo”.

No documento remetido ao ministro Paulo Sérgio Nogueira, Fachin observou que é preciso manter o “necessário diálogo interinstitucional em prol do fortalecimento da democracia”. E acrescentou ter “elevada consideração às Forças Armadas e a todas instituições do Estado democrático de Direito”.

Segundo balanço da Comissão de Transparência das Eleições (CTE) do TSE, foram acolhidas 10 de 15 sugestões dos militares. Uma das propostas apresentadas pelo general Héber Portella, representante da Defesa no colegiado, foi a possibilidade de totalização paralela de votos àquela feita pelo TSE e pelos tribunais regionais eleitorais (TREs).

No ofício, Fachin ainda agradece “a apresentação de contribuições ao aprimoramento do processo eleitoral por parte desse Ministério da Defesa. Aproveito o ensejo para revitalizar algumas informações sobre os atos de fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação, reforçando, assim, o necessário diálogo interinstitucional em prol do fortalecimento da democracia”.

Na abertura do Encontro das Magistradas Eleitorais, Fachin rebateu as novas acusações de

Abdias Pinheiro/Secom/TSE



Ministro foi enfático ao retrucar as acusações de Bolsonaro. Disse, mais uma vez, que o presidente desinforma sobre o processo eleitoral

Jair Bolsonaro (PL) ao sistema de contagem dos votos. Sem citar o nome do presidente, desmentiu que a Corte tivesse recusado a proposta que teria sido feita pelas Forças Armadas de viabilizar um mecanismo para a contagem simultânea dos votos. Segundo o ministro, trata-se de uma crítica “indevida”.

“Quem questiona (a Justiça Eleitoral) demonstra apenas motivação política ou desconhecimento técnico do assunto.

Refiro-me, agora, especificamente a uma entrevista de alta autoridade da República em que menciona não ser possível contagem simultânea de votos. A crítica é indevida. Disse ontem, dia 12, a alta autoridade que ‘a apuração simultânea de votos foi uma alternativa muito importante que ficou de fora’. Com o devido respeito, há um erro de informação”, retrucou.

Segundo Fachin, “a contagem simultânea de votos já é possível

há várias eleições”. “Trata-se, portanto, de ferramenta que permitirá a qualquer pessoa ou instituição fazer contagem simultânea de votos. Para isso, é preciso ter acesso à internet, onde estarão disponibilizados os arquivos dos BUs (boletins de urna) das seções eleitorais”, apontou.

O ministro acrescentou que esses arquivos correspondem aos resultados de cada seção eleitoral, disponibilizados no formato original. Isso, segundo

ele, “assegura a origem e a total integridade em relação aos dados emitidos pelas urnas eletrônicas”.

“Esse é o problema: espalhasse desinformação para atacar a Justiça eleitoral. Nossas respostas são informações e dados com evidências”, frisou Fachin.

Testes concluídos

Em maio, os técnicos do TSE fecharam a última rodada de

testes públicos de segurança nas urnas eletrônicas que serão usadas nas eleições de outubro. De acordo com a Corte, os investigadores não conseguiram alterar votos, afetar a apuração ou fraudar a contagem.

À época, Fachin disse que o país terá eleições limpas e que “ninguém e nada interferirá” na Justiça Eleitoral. Fez ainda um trocadilho quando disse que quem cuida do pleito são as “forças desarmadas”.



Quem questiona (a Justiça Eleitoral) demonstra apenas motivação política ou desconhecimento técnico do assunto. Refiro-me, agora, especificamente a uma entrevista de alta autoridade da República em que menciona não ser possível contagem simultânea de votos. A crítica é indevida

Ministro Edson Fachin, rebatendo o presidente Jair Bolsonaro

Leite tenta a volta para o Piratini...

» VINICIUS DORIA

O ex-governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), anunciou, ontem, que vai se recandidatar ao governo gaúcho, dois meses e meio depois de se desincompatibilizar do cargo. O anúncio foi feito na sede do estadual do partido, no centro de Porto Alegre.

Leite havia deixado o Palácio Piratini com a expectativa de se laçar à Presidência da República, mas seu caminho ao Palácio do Planalto foi interditado após a formalização do acordo entre tucanos, MDB e Cidadania para uma candidatura única que representasse a terceira via. Entre disputar uma vaga de vice na chapa da senadora Simone Tebet (MDB-MS) e retornar ao governo gaúcho, ficou com a segunda opção.

“Essa decisão é uma decisão coletiva. Ouvi diversas opiniões, não só a minha. Mudei de opinião, mas não de princípios. É legítimo e benéfico separar o governador do candidato, e eu só concorreria dessa forma”, disse Leite, sobre as declarações que dera de que não se recandidataria.

O pré-candidato terá, agora, a missão de articular uma grande aliança tendo o MDB como principal parceiro, em uma espécie de contrapartida ao apoio que o PSDB deu a Tebet como cabeça de chapa da terceira via. O MDB gaúcho está em campanha pela eleição do deputado estadual Gabriel Souza, mas a negociação é para que ele aceite ser o candidato a vice-governador.

Outro parceiro buscado pelo PSDB é o PSD da ex-senadora Ana Amélia, que pretende voltar, em outubro, à Casa à qual pertenceu. Caso a negociação

com o MDB não prospere, o PSD pode ser o principal parceiro da candidatura de Leite. Mas a ideia é que os três partidos caminhem juntos.

O tucano também vai tentar atrair de volta o PP, que tem no senador Luís Carlos Heinze o pré-candidato ao governo estadual. O PP integra a base de apoio do governador Ranolfo Vieira Junior, que assumiu o cargo com a desincompatibilização de Leite. O problema é que o senador tem vínculos fortes com o bolsonarismo no estado, o que pode atrapalhar uma aliança no primeiro turno.

Palanques

O Rio Grande do Sul não é um caso isolado nas divergências regionais que envolvem a tríplice aliança nacional. Há problemas em mais da metade dos estados, em que PSDB e MDB caminham separados e, em alguns casos, já comprometidos com outros pré-candidatos à Presidência — como Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ou Jair Bolsonaro (PL).

Pela complexidade que envolve a montagem dos palanques estaduais, esses conflitos serão tratados diretamente pelos presidentes dos partidos: Bruno Araújo (PSDB), Baleia Rossi (MDB) e Roberto Freire (Cidadania).

PSDB e MDB estão em campos opostos, por exemplo, na Paraíba, em Pernambuco, na Bahia, em Sergipe, no Rio de Janeiro, no Paraná e no Distrito Federal.

Os comandantes da terceira via divulgaram nota para informar que, “nas próximas semanas, a campanha de Simone Tebet irá constituir um conselho político formado por integrantes do MDB, PSDB e Cidadania para a discussão formal dos palanques nos estados”.

Aloísio Maurício/Estado Conteúdo



Ex-governador no momento em que anunciou a desistência da corrida presidencial. Falta de apoio no PSDB torpedeou pretensões ao Planalto

...enquanto Doria deixa a vida pública

» VICTOR CORREIA

deixará o PSDB.

Durante o anúncio, Doria estava acompanhado de alguns dos seus principais aliados, como o presidente do PSDB em São Paulo, Marco Vinholi; o presidente do partido na capital paulista, Fernando Alfredo; além dos ex-ministros Antônio Imbassahy e Henrique Meirelles.

Ele afirmou ainda que não se arrepende das “medidas impopulares” tomadas durante a sua gestão à frente de São Paulo, especialmente em relação à pandemia da covid-19. “Faria tudo de novo”, disse, frisando que não sairá do Brasil.

Doria disse que pretende ajudar na campanha à reeleição do atual governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), que foi seu vice e assumiu o cargo para que pudesse disputar a corrida presidencial.

Turismo

Com a saída aparentemente temporária da política, Doria põe dá um tempo em uma trajetória cuja primeira participação foi entre 1983 e 1986, quando foi secretário de Turismo e presidente da Paulistur durante a gestão de Mário Covas à frente de capital paulista. Entre 1986 e 1988, presidiu a Embratur e o Conselho Nacional de Turismo no governo de José Sarney.

Filiado ao PSDB desde 2001, a primeira aventura eleitoral de Doria foi para a prefeitura de São Paulo, em 2016. Nas eleições de 2018, quando conquistou o governo paulista, o tucano se aproximou do então candidato Jair Bolsonaro e declarou abertamente seu apoio. Para galvanizar os votos bolsonaristas, pregou o voto “bolsodoria”, que o levou Palácio dos Bandeirantes.

Eleito com 51,75% dos votos, Doria começou a se afastar de Bolsonaro durante a pandemia. Foi responsável pelo fechamento do acordo com a farmacêutica chinesa Sinovac, conseguindo que a vacina desenvolvida pela empresa contra o novo coronavírus fosse reproduzida no Brasil pelo Instituto Butantan. A CoronaVac foi o primeiro imunizante a ser aplicado nos brasileiros contra a covid-19 e por meses foi a espinha dorsal da vacinação, a cargo de uma gestão do Ministério da Saúde alinhada política e ideologicamente com o presidente — que fazia campanha contra a aplicação.

Doria foi para as prévias do PSDB, em novembro do ano passado, com o trunfo de ter trazido a vacina contra o novo coronavírus para o Brasil. Mas isso não foi capaz de organizar os tucanos em torno da sua candidatura presidencial.